



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOMMER

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO EM ALTO HORIZONTE, GO

Thálita Cristina Cunha Silva

Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (PPGEO-UEG), Campus Cora Coralina

Ricardo Assis Gonçalves

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, UFG

Kálita Cristina Cunha Silva

Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (PPGEO-UEG), Campus Cora Coralina

INTRODUÇÃO

A mineração é considerada uma das atividades econômicas mais complexas, tanto pelo uso intensivo dos recursos naturais quanto pelas significativas transformações que ocorrem nos territórios brasileiros (Santos, 2023). Nos últimos anos, com o avanço da atividade mineradora em municípios de pequeno e médio porte tem intensificado conflitos, principalmente em áreas rurais, afetando diretamente comunidades locais e reconfigurando dinâmicas socioambientais (Reis, 2015).

O Brasil destaca-se como importante referência internacional no setor mineral, em razão da elevada capacidade produtiva de suas reservas, impulsionadas pela diversidade natural do território (Nahas, 2021). Entre os recursos minerais de maior relevância, destaca-se o cobre, que é um dos primeiros metais identificados e explorados pela humanidade. Atualmente, esse mineral está entre os mais utilizados no mundo, o Brasil tem desempenhado participação relevante na produção global, atendendo a uma crescente demanda (Rezende et al., 2023).

O estado de Goiás se destaca entre os três principais estados mineradores do Brasil, juntamente com Minas Gerais e Pará, em seu território são extraídos minerais como cobre, ouro, nióbio, amianto, fosfato, níquel, bauxita, entre outros (ANM, 2024). O município de Alto Horizonte, localizado no Norte do estado de Goiás, possui população estimada de 6.487 habitantes, distribuída em uma área territorial de 500,344 km² (IBGE, 2025), foi emancipada em 16 de janeiro



de 1991 e está entre os principais municípios mineradores do estado, juntamente com: Barro Alto, Crixás, Catalão, Ouvidor, Minaçu e Pilar de Goiás (ANM, 2024).

A consolidação da mineração em Alto Horizonte deve ser compreendida no contexto histórico, marcado pela crescente inserção de corporações transnacionais e pela reestruturação produtiva do setor (Santos, 2023). Esse processo, impulsionado por políticas públicas destinadas à atração de investimentos externos e pela flexibilização da legislação ambiental, tem intensificado a exploração de recursos naturais, especialmente em territórios periféricos. Sob essa perspectiva, evidenciam-se as contradições do modelo minério: ao mesmo tempo em que dinamiza determinados setores econômicos locais, a mineração reforça dependências estruturais e vulnerabilidades socioeconômicas, ao subordinar a economia regional às oscilações do mercado global de commodities minerais (Harvey, 2018).

A presença de grandes empreendimentos minerais em territórios de pequena escala produtiva e predominantemente rurais, como Alto Horizonte, reconfigura as relações sociais e territoriais ao instituir novas hierarquias espaciais e formas de apropriação dos recursos (Michelotti, 2019). A territorialização do capital minerador reorganiza profundamente o espaço local, integrando-o a circuitos econômicos globais e submetendo-o a novas dinâmicas de controle. Nesse contexto, surgem tensões entre o discurso de “desenvolvimento sustentável” promovido por empresas e Estado e as experiências concretas das comunidades, marcadas por degradação ambiental, expropriação territorial e perda de identidade cultural. A análise desses processos evidencia a produção desigual do espaço e as contradições do modelo de desenvolvimento brasileiro contemporâneo (Zhou; Laschefski, 2010).

Com o avanço da mineração em Alto Horizonte-GO tem gerado impactos nas formas de uso e ocupação do solo, além de afetar relações sociais, econômicas e ecológicas estabelecidas no município. Contudo, a fundamentação teórica deste artigo consiste em estudos sobre a produção desigual do espaço e análises críticas da mineração no Brasil, que apontam diferentes formas de apropriação do território por agentes econômicos e políticos. Dessa forma, a escolha de Alto Horizonte como objeto de estudo justifica-se pela sua relevância no cenário mineral e efeitos visíveis da mineração no contexto local.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOMMER

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

CONTRADIÇÕES DA MINERAÇÃO E A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO EM ALTO HORIZONTE-GO

Inicialmente, apresenta-se o Mapa 1 de localização do município de Alto Horizonte-GO, de modo a situar espacialmente o município em estudo e oferecer uma referência territorial para as análises que seguem.



Mapa 1: Localização do município de Alto Horizonte,GO
Concepção: Thálita Cunha (2025).
Elaboração: Maiza Silva (2025).



A expansão da mineração em Alto Horizonte-GO expressa de forma evidente as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva dos recursos naturais (Acsegrad, 2004). Embora seja frequentemente associada ao progresso econômico e à geração de empregos, a atividade mineradora produz um conjunto de desigualdades territoriais que se materializam no espaço local. A concentração de investimentos e infraestrutura no entorno do empreendimento contrasta com a persistência de fragilidades sociais e ambientais enfrentadas pelas comunidades rurais, revelando que os benefícios gerados pela mineração não são distribuídos de forma equitativa (Zhouiri; Laschefski, 2010). Gonçalves e Dumont (2023, p. 1-2) destacam que:

A produção de um território minerado no norte goiano contribuiu com a expansão do capitalismo extrativo e do processo de inserção de Goiás às redes globais. Contudo, a extração de amianto em grande escala baseada em um modelo mineral contraditório promoveu transformações irreversíveis na paisagem e no cotidiano social local.

A produção desigual do espaço resulta, sobretudo, da capacidade diferenciada que os agentes econômicos possuem para transformar e controlar o território (Santos, 2002). Em Alto Horizonte, a territorialização do capital minerador tem promovido uma reorganização profunda do espaço, redefinindo usos do solo, deslocando atividades tradicionais e influenciando diretamente a dinâmica fundiária. Essa reorganização reforça injustiças históricas ao favorecer grandes corporações, restringindo comunidades locais ao acesso à terra e aos recursos naturais, fundamentais para sua reprodução social (Milanez; Wanderley, 2016). Tais transformações evidenciam que a expansão de grandes projetos extrativos não apenas modifica o espaço físico, mas também reorganiza relações sociais e territoriais, como observa Gonçalves (2020, p. 15):

[...] as implicações ambientais e territoriais como desmatamento (não só nas áreas de minas, mas também nas áreas ocupadas por minerodutos, ferrovias, pilhas de estéril e barragens de rejeitos), emissões atmosféricas, poluição sonora, mudanças das paisagens, compra e especulação de terras, indenizações baixas, expropriações compulsórias e reassentamentos precários revelam processos de fratura territorial. Logo, essa situação se agrava diante do avanço do capital extrativo mineral em áreas ocupadas por comunidades tradicionais, patrimônios arqueológicos [...]

Os impactos socioambientais decorrentes da mineração intensificam diversas desigualdades, como desmatamento, a supressão de solos férteis, a alteração de cursos d'água e os riscos de contaminação que recaem principalmente sobre populações que dependem do meio natural para sua subsistência. Enquanto o empreendimento dispõe de tecnologias e mecanismos de controle,



agricultores familiares e moradores de áreas rurais tornam-se mais vulneráveis à degradação ambiental e às mudanças impostas pela atividade extrativa, demonstrando como as externalidades negativas recaem de forma desproporcional sobre grupos com menor poder político e econômico (Acselrad, 2004). Esses impactos estão diretamente relacionados ao conjunto de atividades que compõem o funcionamento cotidiano de uma mina. Segundo Kuyek (2022, p. 29–30):

Uma mina voltada para exploração mineral em operação tem diversas atividades que são continuadas até o fim de sua vida útil. Entre elas, incluem-se remoção de solo superficial, detonações, remoção e gestão de estéril, rebaixamento de lençol freático, beneficiamento (trituração e moagem de minérios), separação do minério em tanques de flotação, gestão de rejeitos, desaguamento de rejeitos, tratamento de água, compra e manutenção de equipamentos, administração, atividades ligadas a investimentos e comunidades impactadas, relatórios para órgãos reguladores, marketing, transporte até fundições e mercado consumidor, fornecimento de energia para as instalações, contratação de pessoal, treinamento, folha de pagamento e supervisão, além de alojamentos para os trabalhadores ou transporte para aqueles que vêm de um grande centro.

Diante dos profundos impactos socioambientais gerados pela atividade extrativa, é importante lembrar que, segundo (Ribeiro; Mendes, 2013, p. 7):

A análise do uso futuro da área impactada pela mineração necessariamente obriga a consideração não apenas dos aspectos físicos e bióticos, mas também dos socioeconômicos da região onde se encontra inserida, de forma a levar em conta o bem-estar individual e coletivo daqueles que futuramente serão afetados por este uso.

No entanto, além dos danos ambientais diretos, a mineração também desencadeia profundas transformações socioterritoriais. Em Alto Horizonte, a valorização imobiliária e a concentração fundiária resultantes da expansão do empreendimento dificultam a continuidade das formas tradicionais de uso do espaço, ocasionando deslocamentos, rupturas culturais e enfraquecimento dos vínculos comunitários (Harvey, 2004). Esses processos configuram formas contemporâneas de expropriação, por meio das quais o avanço do capital minerador redefine as territorialidades locais e impõe novas lógicas de organização social (Haesbaert, 2004). Como observa Gonçalves (2020, p. 15) “A territorialização de grandes projetos, como mineração ou hidroeletricidade, promove a ruptura de relações culturais e de trabalho preexistentes, expropria populações e modifica paisagens e ecossistemas locais”. Dessa forma, a mineração não apenas transforma o espaço físico, mas



também reconfigura relações sociais, impondo novos padrões de organização e reprodução territorial que aprofundam desigualdades locais.

As contradições evidenciam que a mineração, embora se apresente como impulsionador de desenvolvimento, contribui para a intensificação de conflitos territoriais. A disputa por terra, água e modos de vida se revela a partir dos conflitos entre projetos distintos de uso do território: de um lado, o avanço da lógica extrativista orientada pelo mercado global; de outro, a permanência de práticas locais que valorizam a agricultura familiar, a segurança hídrica e a identidade cultural (Becker, 2005). Tais conflitos não são apenas materiais, mas também simbólicos, pois envolvem a disputa pela legitimidade de diferentes formas de significar e habitar o espaço (Santos; Silveira, 2008).

Diante disso, torna-se nítida que a produção do espaço em Alto Horizonte é marcada por profundas desigualdades, reforçada por políticas públicas que favorecem a expansão mineral e flexibilizam mecanismos de proteção socioambiental (Brandão, 2012). Questionar o modelo mineral vigente e propor alternativas mais democráticas de gestão territorial é fundamental para garantir justiça socioambiental e fortalecer o protagonismo das comunidades locais. A partir desse movimento será possível construir territorialidades que valorizem não apenas o crescimento econômico, mas também a diversidade social, cultural e ecológica do território (Porto-Gonçalves, 2006). Para compreender os limites e responsabilidades do Estado diante da expansão minerária como afirma (Ataíde, 2019, p. 196) é fundamental considerar que:

Considerando-se a essencialidade dos recursos minerais e o necessário impacto ambiental perpetrado pela atividade, é importante que o poder público e o minerador tenham conhecimento prévio e detalhado das condições da jazida, assim como eventual exequibilidade econômica. É nesse sentido que o regime de autorização se caracteriza como importante instrumento do controle da mineração.

Dessa maneira, as contradições que atravessam a mineração em Alto Horizonte revelam que a expansão do capital extrativo, embora promova dinamismo econômico, aprofunda desigualdades territoriais e fragiliza territorialidades locais. Sendo assim, disputa pelo território ultrapassa a apropriação de recursos, envolvendo projetos políticos que privilegiam determinados agentes e marginalizam comunidades rurais. Portanto, apenas uma regulação estatal efetiva baseada em instrumentos como o regime de autorização e em políticas públicas que assegurem participação social pode tensionar o modelo mineral vigente e orientar práticas mais justas de gestão territorial. Por fim, a experiência do município evidencia, assim, os limites de um desenvolvimento centrado



na exploração mineral e reafirma a necessidade de trajetórias que conciliem proteção ambiental, equidade social e fortalecimento das comunidades diante do avanço do extrativismo.

A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO MINERÁRIO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS EM ALTO HORIZONTE-GO

A institucionalização da atividade mineradora em Alto Horizonte representa um marco fundamental na transformação econômica e social do município, especialmente após a instalação da Mineração Maracá (iniciou suas operações em 2007) e sua posterior gestão pela Lundin Mining. Esse processo reestruturou profundamente a economia local, antes baseada na agropecuária, e introduziu uma nova dinâmica produtiva na extração de cobre e ouro (Jornal Opção, 2025). A presença da mineração reorganizou o território, influenciando tanto a vida cotidiana quanto as relações socioeconômicas do município. Tibiriçá (2018, p. 118) destaca que:

A mineração está intrinsecamente ligada à ocupação do espaço brasileiro, já que a retirada dos bens minerais ocorre desde os tempos coloniais. Hoje em dia, esta atividade é parte importante da produção do país, principalmente com o fornecimento mundial de matérias-primas, como ferro, ouro, zinco, níquel, alumínio e amianto dentre outros produtos.

Os efeitos positivos dessa transformação são relatados pela população e evidenciados nas melhorias da infraestrutura urbana, como pavimentação, limpeza pública e ampliação de equipamentos coletivos. Serviços essenciais, como saúde e educação, também foram fortalecidos com maior oferta de profissionais e instalações adequadas (Jornal Opção, 2025). O crescimento da arrecadação municipal, estimada entre R\$ 140 e R\$ 150 milhões anuais, contribuiu decisivamente para essa reestruturação, refletindo a intensidade da atividade mineral.

O crescimento dos indicadores sociais reforça essa percepção de desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) evoluiu de 0,557 em 2000 para 0,719 em 2010, impulsionado pela ampliação das oportunidades econômicas e melhoria dos serviços públicos (Jornal Opção, 2025). Também houve avanço na renda per capita e redução significativa dos índices de pobreza e extrema pobreza, os dados demonstram que a mineração atuou como vetor central da melhoria das condições sociais na primeira década após sua implantação.

Apesar disso, a atividade mineradora também gera desafios, o custo de vida elevado, especialmente em relação ao aluguel e produtos básicos, é frequentemente mencionado pelos moradores como consequência da pressão demográfica decorrente da chegada de novos



trabalhadores (Jornal Opção, 2025). Esse fenômeno, típico de cidades dependentes da mineração, impacta principalmente famílias que não conseguem acessar empregos qualificados no setor, ampliando vulnerabilidades socioeconômicas mesmo em um cenário de prosperidade geral.

Outro ponto central é a crescente dependência econômica do município em relação à mineradora. Comerciantes e moradores reconhecem que o dinamismo local está profundamente atrelado à continuidade das operações, o que gera preocupação quanto ao futuro pós-mineração (Jornal Opção, 2025). Experiências de municípios goianos como Crixás e Campos Verdes reforçam o risco de declínio econômico abrupto caso não haja planejamento adequado para a diversificação produtiva.

Nesse contexto, a atuação do poder público torna-se crucial. Embora a arrecadação elevada tenha permitido avanços significativos, parte da população critica a ausência de políticas estruturantes voltadas à formação profissional, diversificação da economia e fortalecimento de serviços essenciais. A descontinuação do ensino técnico oferecido pelo SESI/SENAI, apontada como retrocesso por moradores e parlamentares, evidencia limitações no planejamento municipal (Jornal Opção, 2025). A falta de ensino superior local também é percebida como barreira ao desenvolvimento sustentável.

Mesmo diante dessas críticas, a maioria dos entrevistados reconhece melhorias substanciais na qualidade de vida em Alto Horizonte. Na saúde, por exemplo, profissionais e usuários relatam atendimento ampliado, presença de mais médicos e modernização de unidades, embora também ressaltem o aumento da demanda causado pela rotatividade populacional (Jornal Opção, 2025). O sentimento de pertencimento e satisfação geral convive com preocupações sobre impactos ambientais e pressões sobre infraestrutura.

Portanto, os reflexos socioeconômicos da mineração em Alto Horizonte revelam uma realidade diversificada: a atividade extrativa impulsiona indicadores sociais, gera emprego e amplia a infraestrutura, mas produz dependências, desigualdades e demandas que exigem planejamento de longo prazo. Compreender essa dinâmica é essencial para avaliar a sustentabilidade do desenvolvimento local e os desafios inerentes ao ciclo de vida das atividades minerárias (Jornal Opção, 2025).

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de abordagem qualitativa. Inicialmente, foram realizadas leituras de autores como: Santos (2000), Acselrad (2004), Milanez (2017), Gonçalves e Silva



(2024), dentre outros que abordam sobre essa temática. Também foi realizado levantamento do estado da arte sobre estudos relacionados ao município de Alto Horizonte, por meio da análise de artigos científicos, dissertações e relatórios institucionais.

A análise dos materiais foi realizada de forma crítica e categorizada, estabelecendo conexões entre os referenciais teóricos e dados empíricos sistematizados por outras pesquisas. Buscou-se identificar as categorias centrais “impactos socioambientais”, “conflitos territoriais” e “desigualdade espacial”, observando sua presença e manifestação na literatura analisada. Por não envolver coleta de dados primários, não foi necessária aprovação por comitês de ética.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em referenciais teórico-críticos que discutem a produção desigual do espaço, os impactos socioambientais da mineração e as dinâmicas territoriais associadas ao avanço do capital extrativo no Brasil. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico sistemático, contemplando autores clássicos e contemporâneos, como Santos (2000), Acselrad (2004), Milanez (2017) e Gonçalves e Silva (2024), cujas contribuições são fundamentais para compreender os processos de apropriação territorial, conflitos socioambientais e reconfigurações espaciais em áreas mineradas.

O levantamento do estado da arte abrangeu a análise de artigos científicos, livros, dissertações, teses e relatórios institucionais que tratam tanto da mineração no país quanto especificamente do município de Alto Horizonte-GO. Esse corpus documental permitiu identificar tendências analíticas, lacunas de pesquisa e categorias recorrentes na produção acadêmica sobre o tema.

A análise do material selecionado foi conduzida de forma crítica e categorial. Para isso, foram definidas três unidades analíticas centrais impactos socioambientais, conflitos territoriais e desigualdade espacial que orientaram a leitura interpretativa dos textos. A sistematização dessas categorias buscou evidenciar convergências, divergências e especificidades das abordagens teóricas, bem como suas contribuições para a compreensão das dinâmicas vivenciadas em Alto Horizonte.

Por se tratar de uma investigação baseada exclusivamente em fontes secundárias, sem realização de entrevistas ou observação direta, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. A metodologia possibilitou construir uma análise densa sobre o município estudado, alinhando debates teóricos à contextualização socioespacial de Alto Horizonte, permitindo identificar como a expansão minerária tem produzido reconfigurações no território e aprofundado desigualdades socioambientais.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos indicam que a intensificação da mineração em Alto Horizonte-GO tem gerado profundas transformações territoriais e socioambientais, provocando disputas entre os interesses corporativos mineradores e os modos de vida tradicionais locais. A partir da revisão bibliográfica, destacam-se três impactos centrais: degradação ambiental, reconfiguração territorial e conflitos socioespaciais. Segundo Vainer (2003, p. 5), esses impactos devem ser entendidos como parte de um processo contínuo de mudança social e física, que afeta múltiplas dimensões e escalas ao longo dos anos.

Percebe-se que a lavra a céu aberto é o principal método de extração mineral no Brasil, começa com o desmatamento e a remoção do solo fértil, classificado pelas mineradoras como “estéril” devido ao baixo teor de minério, sendo esse material depositado em pilhas e causando impactos ambientais desde as etapas iniciais da atividade (Milanez, 2017). Entretanto, a compreensão dos impactos territoriais vai além dos efeitos visíveis no meio ambiente e na economia local, exigindo análise das formas como o espaço é produzido, apropriado e transformado dentro da dinâmica capitalista, que não ocorre de modo neutro, mas está atrelada a estruturas sociais, políticas e econômicas que organizam o território conforme interesses específicos.

Os conflitos da mineração no campo brasileiro decorrem da disputa por recursos naturais e da apropriação territorial pelo capital minerador, que exige controle do solo e subsolo, resultando na expropriação de grupos tradicionais (Wanderley e Gonçalves, 2018). Esses impactos incluem contaminação hídrica, compactação do solo, desmatamento e alteração da paisagem, prejudicando a agricultura familiar. Territorialmente, há concentração fundiária e deslocamento de comunidades, valorização da terra e desapropriações, evidenciando a seletividade do espaço, onde poucos agentes têm acesso privilegiado a recursos e infraestrutura (Santos, 2002).

Nesse contexto, ao integrar as reflexões de Santos (2000) em *Por uma outra globalização*, observa-se que o autor denuncia os efeitos perversos do chamado “meio técnico-científico-informacional”, o qual, em vez de promover uma integração global equitativa, tende a aprofundar desigualdades e a ampliar o controle de agentes hegemônicos sobre os territórios. Nessa perspectiva, a mineração constitui uma manifestação concreta desse processo, ao reproduzir uma lógica de acumulação que expropria comunidades locais e subordina seus modos de vida às pressões do sistema econômico globalizado.

Dessa maneira, as interpretações sobre o modelo mineral brasileiro têm sido desenvolvidas



por distintas áreas do conhecimento, sob múltiplas perspectivas. No âmbito da Geografia, destaca-se uma abordagem crítica centrada na compreensão das dinâmicas territoriais que conformam e são conformadas pelo setor mineral. Dessa forma, torna-se fundamental que as interpretações sobre o setor extrativo sejam mediadas pela categoria de análise “território”, uma vez que esta evidencia conflitos, relações de poder e processos de apropriação e uso dos recursos naturais em diferentes escalas (Gonçalves e Silva, 2024). Desse modo, os conflitos territoriais em Alto Horizonte não se restringem à disputa física pela terra, mas expressam também disputas simbólicas e políticas pela definição dos usos legítimos do território e pela permanência das comunidades locais em seus espaços de vida.

Portanto, os impactos ambientais não se limitam à degradação imediata do solo ou contaminação hídrica; há também efeitos de médio e longo prazo, como alteração dos ciclos hidrológicos, perda de biodiversidade e comprometimento de serviços ecossistêmicos essenciais à agricultura familiar e à segurança alimentar. Dessa forma, os processos reforçam a seletividade espacial e a exclusão socioambiental, na medida em que áreas consideradas estratégicas pelo setor minerador recebem maior investimento em infraestrutura, enquanto territórios periféricos sofrem marginalização e perda de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada no artigo evidencia que o desenvolvimento da atividade mineradora em Alto Horizonte-GO tem promovido intensas transformações no território, tanto do ponto de vista ambiental quanto social. O modelo de desenvolvimento sustentado na exploração intensiva de bens naturais mostra-se excludente, reforçando desigualdades históricas e comprometendo os modos de vida tradicionais das populações locais. Tais processos revelam a apropriação seletiva do espaço por agentes econômicos com forte capacidade de articulação política, resultando em deslocamentos, concentração fundiária e degradação dos recursos naturais.

As transformações não ocorrem de forma isolada, mas inserem-se em uma lógica mais ampla de reorganização dos territórios rurais, marcada pela centralidade das atividades extrativas e energéticas. A atuação do Estado, por meio de incentivos à exploração mineral e da flexibilização de normas ambientais e fundiárias, contribui para a consolidação de uma dinâmica territorial orientada por interesses corporativos, em detrimento da justiça socioambiental.

Diante desse contexto, torna-se fundamental reconhecer os conflitos territoriais como expressão das disputas por modelos distintos de uso e significação do território. Tais conflitos, mais



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOMMER

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

do que meras externalidades do processo minerador, configuram-se como manifestações de resistência à lógica hegemônica de produção do espaço. Compreender essas dinâmicas exige uma abordagem crítica e multiescalar, que considere os diversos sujeitos envolvidos, suas práticas, saberes e estratégias de enfrentamento frente às transformações em curso.

Torna-se urgente fortalecer mecanismos de governança territorial que garantam maior capacidade de decisão para as comunidades locais e maior transparência na condução dos projetos minerários. A implementação de instrumentos de participação social, como audiências públicas qualificadas, conselhos locais deliberativos e processos de consulta prévia, livre e informada, pode contribuir para equilibrar as relações de poder historicamente assimétricas entre empresas, Estado e populações atingidas. Tais medidas representam um passo essencial para a construção de modelos de gestão mais democráticos e alinhados com os princípios da justiça socioambiental.

Destaca-se que a reflexão crítica sobre os impactos da mineração em Alto Horizonte não deve limitar-se ao diagnóstico das problemáticas, mas também apontar caminhos para a construção de um futuro territorial mais justo, sustentável e plural. Isso implica reconhecer que a produção do espaço é um processo político, permeado por disputas, e que a transformação dessa realidade depende do fortalecimento das comunidades locais como sujeitas coletivas capazes de reivindicar seus direitos e propor outros modelos de desenvolvimento. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa contribuem para ampliar o debate sobre as contradições do setor mineral e reforçam a importância de se repensar o papel da mineração no Brasil contemporâneo.

Portanto, é importante reforçar que compreender os impactos da mineração sob a ótica da produção desigual do espaço permite evidenciar que as transformações territoriais são perpassadas por relações de poder, conflitos e disputas simbólicas pela definição dos usos legítimos do território. Os resultados desta pesquisa contribuem para esse entendimento ao demonstrar que a atividade extrativa, embora promotora de desenvolvimento econômico, reforça processos de expropriação, vulnerabilização e subalternização de territórios e sujeitos. Assim, reafirma-se a urgência de repensar o modelo mineral brasileiro à luz de práticas que priorizem a justiça socioambiental, valorizem os saberes locais e promovam formas de desenvolvimento que não tratem o território como mera plataforma para a acumulação do capital, mas como espaço vivido, dotado de múltiplos sentidos e possibilidades de futuro.

Palavras-chave: Desenvolvimento Desigual; Justiça Ambiental; Mineração; Alto Horizonte-GO.



REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. **Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004. Disponível em: <https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Conflitos-Ambientais-no-Brasil-Acserald-Henri.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.
- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). Dados de arrecadação da CFEM, 2024. Disponível em: <https://www.anm.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2025.
- ATAÍDE, Pedro. **Direito Minerário**. 2. ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2019.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos naturais**. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
- BRANDÃO, Carlos. **Territórios e desenvolvimento: uma abordagem multidimensional**. Campinas: Unicamp, 2012.
- GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. **Mineração e fratura territorial do Cerrado**. *Élisée*, v.9, n.2, p.1-25, 2020.
- GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; DUMONT, Marcelo Augusto. A mineração de amianto e o desastre permanente da minério-dependência em Minaçu, Goiás, Brasil. *Élisée – Revista de Geografia da UEG, Anápolis*, v. 12, n. 1, p. 1-20, 2023.
- GONÇALVES, Ricardo Assis; SILVA, Thálita Cristina Cunha. Injustiças Ambientais e Econômicas nos Territórios Fraturados pela Mineração em Crixás, Goiás. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. e14114, 2024. DOI: 10.5216/teri.v14i1.80426. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/80426>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- GONTIJO, Cilas. Conheça Alto Horizonte, a cidade de Goiás que mais produz cobre no Brasil. **Jornal Opção**, Goiânia, 31 maio 2025. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/conheca-alto-horizonte-9o-maior-produtor-de-cobre-e-ouro-do-brasil-e-saiba-o-que-aconteceria-com-a-economia-se-a-mineracao-acabasse-hoje-712369/>. Acesso em: 24 nov. 2025.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 19-44, 2004.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **The limits to capital**. London. Verso books, 2018.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **IBGE Cidades: Alto Horizonte**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/alto-horizonte/panorama>. Acesso em: 23 nov. 2025.



KUYEK, Joan. **Justiça insurgente**: como proteger sua comunidade do setor mineral. 78 São Paulo: Expressão Popular, 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

MICHELOTTI, FERNANDO. **Territórios de Produção Agromineral**. 2019. Tese de Doutorado. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. **Mineração, território e conflitos: uma introdução**. Política & Sociedade, v. 15, n. 34, p. 9-30, 2016.

MILANEZ, Bruno. **Mineração, ambiente e sociedade**: impactos complexos e simplificação da legislação. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA), v.16, p.93 – 101, 2017.

NAHAS, Mariana Medeiros Pereira Leite Pedrosa et al. **Cenários de desaceleração da indústria extrativa mineral e seus impactos econômicos**: Implicações para o desenvolvimento regional e produtivo de Minas Gerais e de suas regiões minerárias. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REIS, Henrique Maciel dos. **Conflitos socioambientais e a disputa pelo território envolvendo mineração no Brasil**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/c01cb529-06e1-41fe-a6ef-bf16eb276edb/2015_HenriqueMacielDosReis.pdf. Acesso em: 22 nov. 2025.

REZENDE, Paulo Henrique Cardoso de, Costa, Denilson da Silva, Rezende, Sarah Elayne de Freitas, Almeida, Carlos Alberto Vieira, & Marques, Jocimar Cintra (2023). **Exploração do minério de cobre**: Impactos socioeconômicos na cidade de Alto Horizonte – GO. Revista foco, 16(11), e3481. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n11-203>. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3481/2592>. Acesso: 24 nov. 2025.

RIBEIRO, José Cláudio Junqueira; MENDES, Samuel. Felisbino. **A participação no fechamento de mina no direito comparado**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 10, n. 20, p. 23-54, 2013. Disponível em <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/137/116>. Acesso em 23 nov. 2015.

SANTOS, Levi Manoel dos. **Novos projetos de mineração na nova configuração do poder do século XXI**: as novas características da mineração transnacional sobre território do matopiba e a sua dominação ecológica. 2022. 104f. TTC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2023.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização, do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo:



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Edusp, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VAINER, Carlos. **O Conceito de Atingido**: Uma revisão do debate e das diretrizes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. Mineografado.

TIBIRIÇÁ, L. G. **Aspectos econômicos e sociais da mineração em Goiás, com ênfase na extração de areia**. 2017. 133 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

WANDERLEY, L. J. W. GONÇALVES, R. J. A. F. **Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro**. Conflitos no Campo Brasil, v. 1, p. 132-141, 2019.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Ed.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010.